

Herbicidas



Divulgação

Bayer registrou lucro de 611 milhões de euros

A Bayer obteve lucro líquido de 611 milhões de euros (US\$ 648 milhões) no quarto trimestre de 2022. O resultado representa uma queda de 47,3% na comparação com igual trimestre do ano anterior, quando a empresa obteve lucro líquido de 1,16 bilhão de euros. **PÁGINA 3**

Expansão

Casino amplia vendas em 10% no 4º trimestre

O grupo varejista francês Casino Guichard-Perrachon, controlador do Grupo Pão de Açúcar (GPA) no Brasil, divulgou na terça-feira, 28, que registrou vendas líquidas de 9,2 bilhões de euros no quarto trimestre de 2022, 10% maiores do que em igual período do ano anterior. **PÁGINA 3**

Gestão

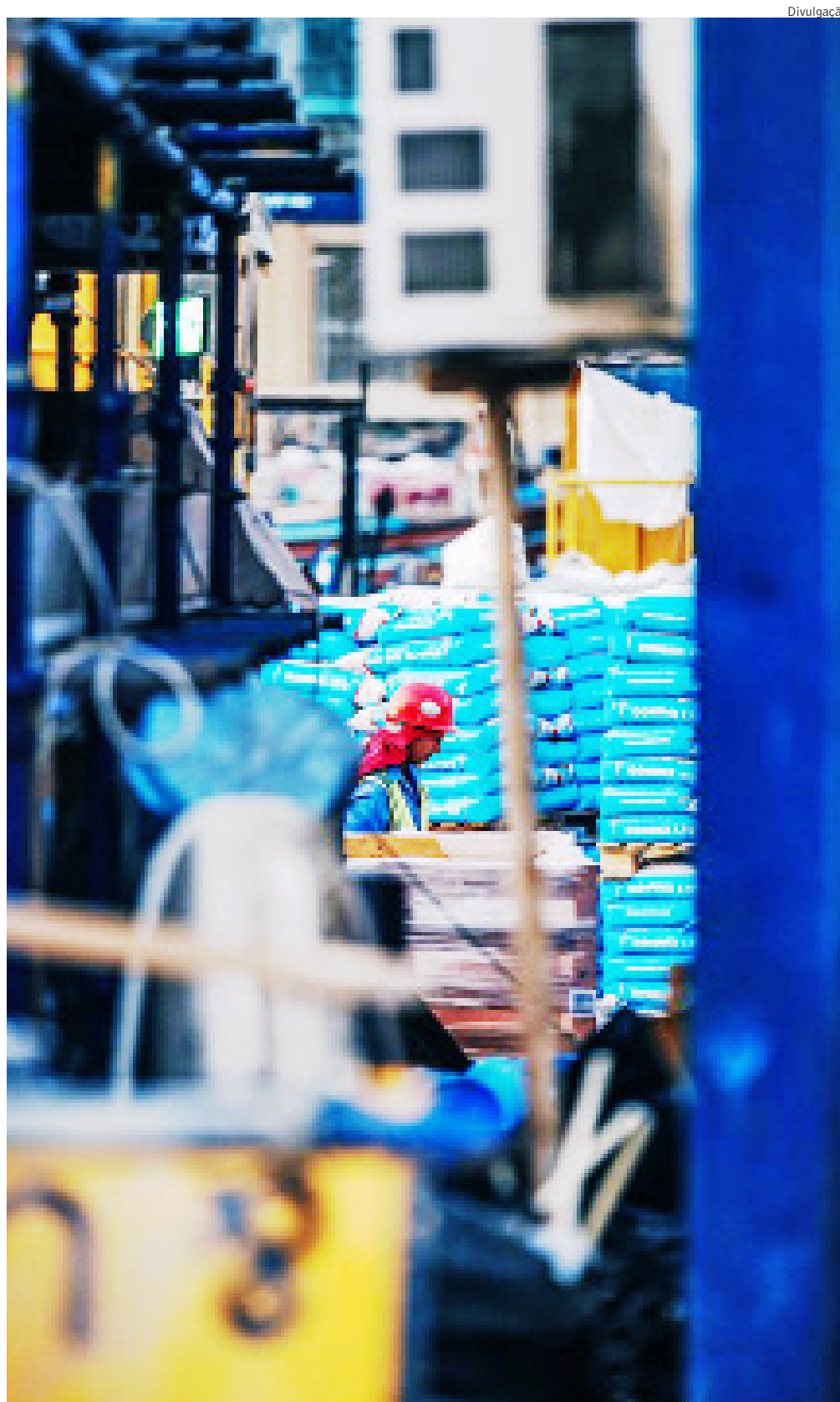
Itaú anuncia o início das operações da IGA

O Itaú informou o início das operações do Itaú Gestão de Ativos (IGA), empresa do conglomerado Itaú Unibanco especializada na oferta de serviços de gestão de eficiência de custos, compras corporativas e patrimônio. A IGA atuará como uma companhia não financeira e de perfil técnico. **PÁGINA 4**

A massa de renda real habitual paga aos ocupados subiu 12,8%

Desemprego caiu para em 7,9% no trimestre

O total de pessoas trabalhando com carteira assinada foi de 36,858 milhões, enquanto as que atuavam sem carteira assinada alcançou 13,236 milhões



Divulgação

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 7,9% no trimestre encerrado em dezembro. Em igual período de 2021, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 11,1%. No trimestre móvel até novembro, a taxa de desocupação estava em 8,1%. O País registrou uma abertura de 101 mil vagas no mercado de trabalho em apenas um trimestre. A população ocupada ficou em 99,37 milhões de pessoas no trimestre encerrado em dezembro. Em um ano, esse contingente aumentou em 3,622 milhões de pessoas. Já a população desocupada diminuiu em 888 mil pessoas em um trimestre, totalizando 8,572 milhões de desempregados no trimestre até dezembro. Em um ano, 3,439 milhões de pessoas deixaram o desemprego. Em todo o Brasil, há 5,429 milhões de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. O indicador inclui as pessoas ocupadas com uma jornada inferior a 40 horas semanais que gostariam de trabalhar por um período maior. Na passagem do trimestre até setembro para o trimestre até dezembro, houve um recuo de 765 mil pessoas na população nessa condição. **PÁGINA 2**

TORNOZELEIRA

Alexandre manda soltar presos por ato golpista

O ministro Alexandre de Moraes, do STJ, determinou a soltura de 137 denunciados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro, quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. Os investigados colocados em liberdade provisória foram detidos no acampamento em frente ao QG do Exército. **PÁGINA 7**

MERCADO DE TRABALHO

Lula promete lei de igualdade salarial entre homem e mulher

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, em 8 de março, comemorado o Dia da Mulher, o governo irá apresentar uma lei de igualdade salarial de gênero para homens e mulheres que exercem a mesma função. A medida é uma promessa de campanha que favoreceu o apoio da então candidata e agora ministra do Planejamento, Simone Tebet, ao candidato petista. "Finalmente, Simone Tebet, agora, a gente vai apresentar, definitivamente, a tal da lei". Ele disse também que o governo irá lançar o novo Bolsa Família. **PÁGINA 6**



Antonio Cruz - Agência Brasil

VOLATILIDADE

Petrobras anuncia redução do preço da gasolina e do diesel nas refinarias

A Petrobras vai reduzir a gasolina e o diesel nas suas refinarias a partir de quarta-feira, 1º de março, mesmo dia em que os tributos federais sobre o combustível e o etanol voltarão a ser cobrados. O preço médio de venda de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 3,31 para R\$ 3,18 por litro, uma redução de R\$ 0,13. **PÁGINA 8**



Agência Petrobras

IBOVESPA 104.931,93 ↓ -0,74%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	16.59	+3.17%	+0.51%
SUZANO S.A. ON NM	47.74	+3.02%	+1.40
DEXCO ON NM	6.52	+2.68%	+0.17
KLABIN S/A UNT N2	19.46	+2.37%	+0.45
JBS ON NM	19.19	+2.35%	+0.44

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETRORIO ON NM	33.70	-9.04%	-3.35
P.ACUCAR-CBDON NM	15.54	-7.17%	-1.20
CVC BRASIL ON NM	3.03	-7.06%	-0.23
3R PETROLEUMON NM	36.410	-6.97%	-2.730
YDUQS PART ON NM	7.05	-5.75%	-0.43

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	25.24	-3.48%	-0.91
VALE ON NM	85.32	+0.33%	+0.28
PETRORIO ON NM	33.70	-9.04%	-3.35
ENEVA ON NM	11.43	+1.78%	+0.20
PETROBRAS ON N2	28.75	-4.39%	-1.32

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.656,70	-0,71%
S&P 500	3.970,15	-0,30%
NASDAQ	11.455,54	-0,100%
DAX 30	15.365,14	-0,11%
FTSE 100	7.876,28	-0,74%
IBEX 35	9.398,50	+0,90%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,225	5,225	↑ 0,34%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,026	0,027	↑ 0,14%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,529	5,532	↑ 0,16%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,295	6,297	↑ 0,29%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
304,00	USD\$ 1.826,74	

INFORMALIDADE ALTA

Desemprego recuou para 7,9% no trimestre encerrado em dezembro

O Brasil registrou uma taxa de informalidade de 38,8% no mercado de trabalho no trimestre até dezembro, totalizando 39,145 milhões de trabalhadores atuando dessa forma no período

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 7,9% no trimestre encerrado em dezembro, de acordo com os dados mensais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na terça-feira, 28, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em igual período de 2021, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 11,1%. No trimestre móvel até novembro, a taxa de desocupação estava em 8,1%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.808 no trimestre encerrado em dezembro. O resultado representa alta de 8,3% em relação ao mesmo trimestre de 2021.

A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 274,35 bilhões no trimestre encerrado em dezembro, alta de 12,8% ante igual período do ano passado.

O País registrou uma abertura de 101 mil vagas no mercado de trabalho em apenas um trimestre. A população ocupada ficou em 99,37 milhões de pessoas no trimestre encerrado em dezembro. Em um ano, esse contingente aumentou em 3,622 milhões de pessoas.

Já a população desocupada diminuiu em 888 mil pessoas em um trimestre, totalizando 8,572 milhões de desempregados no trimestre até dezembro. Em um ano, 3,439 milhões de pessoas deixaram o desemprego.

A população inativa somou 65,903 milhões de pessoas no trimestre encerrado em dezembro, 1,174 milhão de a mais que no trimestre anterior. Em um ano, houve aumento de 1,377 milhão de pessoas.

No trimestre terminado em



Trabalhador informal, vendendo coco na praia de Copacabana: em um trimestre, 591 mil pessoas deixaram de atuar nessa condição no Brasil

dezembro de 2022, faltou trabalho para 21,305 milhões de pessoas no País. A taxa composta de subutilização da força de trabalho desceu de 20,1% no trimestre até setembro para 18,5% no trimestre até dezembro. O indicador inclui a taxa de desocupação, a taxa de subocupação por insuficiência de horas e a taxa da força de trabalho potencial, pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar. No trimestre até dezembro de 2021, a taxa de subutilização da força de trabalho estava em 24,3%.

A população subutilizada caiu 9,1% ante o trimestre até setembro, 2,121 milhões de pessoas a menos. Em relação ao trimestre até dezembro de 2021, houve um recuo de 24,8%, menos 7,039 milhões

de pessoas.

O Brasil registrou 3,996 milhões de pessoas em situação de desalento no trimestre encerrado em dezembro. O resultado significa 262 mil desalentados a menos em relação ao trimestre encerrado em setembro, um recuo de 6,2%. Em um ano, 793 mil pessoas deixaram a situação de desalento, queda de 16,6%.

A população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade - e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Os desalentados fazem parte da força de trabalho potencial.

A taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas ficou em 5,5% no trimestre até dezembro de 2022, ante 6,2% no trimestre até setembro. Em todo o Brasil, há 5,429 milhões de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. O indicador inclui as pessoas ocupadas com uma jornada inferior a 40 horas semanais que gostariam de trabalhar por um período maior.

Na passagem do trimestre até setembro para o trimestre até dezembro, houve um recuo de 765 mil pessoas na população nessa condição. O País tem 1,940 milhão de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas a menos em um ano.

O Brasil registrou uma taxa de informalidade de 38,8% no mercado de trabalho no tri-

mestre até dezembro de 2022. Havia 39,145 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período.

Em um trimestre, 591 mil pessoas deixaram de atuar como trabalhadores informais. A geração de vagas no período totalizou 101 mil, ou seja, foi composta por ocupações formais.

Em um trimestre, embora tenha aumentado o número de empregados sem carteira assinada no setor privado e o de empregadores sem CNPJ, houve uma redução de 445 mil pessoas no trabalho por conta própria sem CNPJ. O número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada encolheu em 60 mil pessoas, e o de trabalhador familiar auxiliar recuou em 115 mil pessoas.

A queda na população ocu-

pada atuando informalidade em um trimestre foi de 1,5%. Em relação a um ano antes, o contingente de trabalhadores informais encolheu em 391 mil pessoas.

O trimestre encerrado em dezembro de 2022 mostrou uma abertura de 593 mil vagas com carteira assinada no setor privado em relação ao trimestre encerrado em setembro. Na comparação com o mesmo trimestre de 2021, 2,363 milhões de vagas com carteira assinada foram criadas no setor privado.

O total de pessoas trabalhando com carteira assinada no setor privado foi de 36,858 milhões no trimestre até dezembro, enquanto as que atuavam sem carteira assinada alcançaram 13,236 milhões, 24 mil a mais que no trimestre anterior. Em relação ao trimestre até dezembro de 2021, foram criadas 792 mil vagas sem carteira no setor privado.

O trabalho por conta própria perdeu 216 mil pessoas em um trimestre, para um total de 25,468 milhões. O resultado significa 475 mil pessoas a menos atuando nessa condição em relação a um ano antes.

O número de empregadores encolheu em 103 mil em um trimestre. Em relação a dezembro de 2021, o total de empregadores é 374 mil superior.

O País teve um recuo de 56 mil pessoas no trabalho doméstico em um trimestre, para um total de 5,833 milhões de pessoas. Esse contingente é 136 mil pessoas maior que no ano anterior.

O setor público teve 26 mil ocupados a menos no trimestre terminado em dezembro ante o trimestre encerrado em setembro. Na comparação com o trimestre até dezembro de 2021, foram abertas 755 mil vagas.

COMBUSTÍVEIS

Haddad: reoneração da gasolina será de R\$ 0,47

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira, 28, que a reoneração de tributos federais da gasolina será de R\$ 0,47 centavos e, do etanol, de R\$ 0,02 centavos. O aumento mantém o diferencial das alíquotas entre os dois combustíveis vigentes em 15 de maio de 2021, como previa a lei que garantiu a zeragem dos impostos no ano passado.

Segundo Haddad, a decisão sobre a reoneração dos tributos federais sobre os combustíveis foi tomada um dia antes de o prazo expirar porque o governo estava esperando a informação da Petrobras sobre os preços de gasolina e diesel que vão vigorar no mês de março. Hoje, a estatal anunciou redução de R\$ 0,13 centavos do preço da gasolina nas

refinarias e de R\$ 0,08 centavos do diesel.

"Com a redução da Petrobras, o saldo líquido para a gasolina é de R\$ 0,34", disse, completando que a expectativa era de queda maior. "Lembrando que não está se discutindo a política de preços da Petrobras", afirmou, comentando que o comitê de preços da petroleira considerou as políticas de preços da empresa.

Em relação ao impacto sobre as contas públicas, o ministro disse que o compromisso assumido no início do ano para reduzir o déficit primário está mantido. "A meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda em janeiro é de déficit inferior a 1% do PIB. E de ter um novo arcabouço fiscal aprovado para estabelecer o equilíbrio necessário para o país voltar a

crescer", declarou Haddad. Com o aumento do imposto sobre as exportações de óleo cru, o governo continuará a reforçar o caixa com os R\$ 28,88 bilhões anunciados em janeiro.

O ministro também rejeitou as alegações de que a reoneração signifique aumento da carga tributária. "Não estamos pensando em aumento da carga tributária. Estamos pensando na recomposição do Orçamento em relação à receita e à despesa, em manter a arrecadação e os gastos dentro da média histórica", declarou. Ele ressaltou que a tributação das exportações de petróleo impactará a Petrobras e as demais exportadoras de óleo cru em 1% do lucro do setor. "Esse valor de 1% está na medida provisória", destacou.

Ao iniciar a coletiva de

imprensa, o ministro afirmou que a medida de reoneração foi uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Haddad ainda afirmou que a medida anunciada faz parte do esforço realizado desde a fase de transição do governo para recompor o Orçamento público do ponto de vista das receitas e despesas.

"A PEC da Transição foi aprovada justamente para que os compromissos de campanha", disse, citando a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física para quem ganha até dois salários mínimos e o aumento do Bolsa Família.

"Receitas foram prejudicadas por um governo que visava reverter um quadro desfavorável, com medidas demagógicas de última hora, que prejudicaram muito o fiscal de 2023."

O ministro ainda comentou que a prorrogação da desoneração nos primeiros dias de governo deveu-se a uma cautela do governo diante de rumores sobre golpe de Estado. "Lula decidiu prorrogar desoneração até 28 de fevereiro, justamente porque havia rumores de um golpe de Estado, o que nos fizeram ter cautela para que as pessoas não fizessem o que fizeram em 8 de janeiro", disse, completando que o governo também queria esperar a posse do novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O ministro afirmou também que a decisão de reonerar os impostos federais sobre combustíveis está alinhada com as atas do Copom, que, segundo ele, viam na medida uma condição para redução das taxas de

juros. O dirigente da pasta disse esperar que a autoridade monetária reaja da forma prevista.

"Estamos dando resposta para o setor produtivo de que o governo vai fazer sua parte, esperando que a monetária reaja da maneira como prevista nas atas", disse em coletiva.

Na esteira das críticas disseminadas pelo governo federal contra a alta da Selic, Haddad afirmou que as taxas de juros no Brasil estão produzindo muitos malefícios para a economia. Ele reforçou que o País inteiro está unido em torno da causa de reduzir as taxas de juros.

"Taxas de juros do Brasil são as mais altas no mundo, produzindo efeitos perversos sobre a economia", afirmou Haddad, ao citar crise no crédito e dificuldades de crescimento econômico no horizonte próximo.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

EXPANSÃO

Casino registrou aumento de 10% nas vendas no quarto trimestre

Na América Latina, as vendas do Casino avançaram 23,7% na mesma comparação, para 5,07 bilhões de euros. Já na França, houve queda de 3,6%, chegando a 4,09 bilhões de euros

O grupo varejista francês Casino Guichard-Perrachon, controlador do Grupo Pão de Açúcar (GPA) no Brasil, divulgou na terça-feira, 28, que registrou vendas líquidas de 9,2 bilhões de euros no quarto trimestre de 2022, 10% maiores do que em igual período do ano anterior. Na América Latina, as vendas do Casino avançaram 23,7% na mesma comparação, a 5,07 bilhões de euros. Já na França, houve queda de 3,6%, a 4,09 bilhões de euros. Apenas no Brasil, as vendas líquidas tiveram expansão anual de 12,2% entre outubro e dezembro em termos orgânicos e avanço de 9,7% no conceito de mesmas lojas. Em todo o ano de 2022, as vendas líquidas do Casino somaram 33,6 bilhões de euros, representando alta de 10% ante 2021 em termos orgânicos e ganho de 5,2% no conceito de mesmas lojas.

As vendas para o segmento de varejo da França totalizaram € 14.205 milhões, um aumento de 1,5% na base mesmas lojas. As vendas nas mesmas lojas do quarto trimestre permaneceram estáveis (+0,1%) em € 3.636 milhões.

O trimestre foi marcado por um ramp-up significativo na estratégia de expansão para formatos de conveniência, relacionado em particular à chegada dos máster franqueados em outubro (Magne, Bérard, etc.). O Grupo abriu 352 novas lojas em formatos de conveniência



Supermercado Cassino: as vendas para o segmento de varejo da França totalizaram € 14.205 milhões, um aumento de 1,5% na base mesmas lojas

durante o trimestre (Franprix, Spar, Vival, etc.) e 879 novas lojas ao longo do ano, superando a meta inicial de 800 aberturas de novas lojas em 2022.

O Grupo também acelerou o ritmo de conversão dos tradicionais hipermercados Géant em Casino Hyper Frais, com 32 novas conversões concluídas no quarto trimestre (após 15 conversões no terceiro trimestre e 4 no segundo trimestre), elevando o total no número de lojas convertidas para 51 no

final de 2022. Os restantes 10 hipermercados serão convertidos no Formato Casino Hiper Frais em H1 2023.

Esta estratégia traduz-se no aumento da fidelização dos clientes, com o sucesso das inscrições no Casino, Banners Monoprix e Naturalia. O Grupo tinha mais de 370.000 assinantes pagantes no final de 2022 (300.000 no final de junho de 2022).

O segmento de E-commerce alimentar registrou crescimento de 8% nas ven-

das líquidas no trimestre. As vendas líquidas do Monoprix cresceram 1,2% nas mesmas lojas ao longo de 2022 e 1,8% no quarto trimestre.

As lojas Monoprix City e Monop' registraram crescimento de vendas mesmas lojas de 2,8% e um aumento de 4% em tráfego de clientes no trimestre, impulsionado pelo forte dinamismo do Monop' (9% nas mesmas lojas, com um aumento de 10% no tráfego de clientes). A bandeira ampliou ainda mais sua rede de lojas no trimestre,

com 16 aberturas de novas lojas, elevando o total de aberturas de lojas no ano para 54, principalmente sob franquia. O Monoprix planeja acelerar sua expansão, com quase 100 aberturas de lojas planejadas para 2023, principalmente sob a bandeira Monop'.

As vendas do Franprix cresceram 3,4% no conceito mesmas lojas no ano e 5,5% no trimestre, impulsionado pela boa dinâmica no tráfego de clientes (+5,4%), vendas de produtos Leader Price (representando 8,5%

de vendas no quarto trimestre, com meta de participação de 10% em 2023) e o crescimento acelerado do comércio eletrônico. Vendas brutas sob bandeira cresceu +7,9% no trimestre (+4,1% no ano). A estratégia de expansão na meta de áreas (Paris e a região de Ile de France, a região de Rhône-Alpes e a região norte do Mediterrâneo) continuou, com 33 novas lojas abertas no trimestre e três novos contratos de franquia máster assinado em dezembro. Ao longo do ano, a insígnia abriu 181 lojas, das quais 136 em Ile de France (960 lojas na rede Ile de France no final de 2022). A bandeira pretende manter este ritmo de abertura de novas lojas em 2023 e intensificar sua estratégia no primeiro semestre de 2023 de atrair varejistas independentes para a rede de franquias.

As vendas líquidas de conveniência cresceram 6,6% nas mesmas lojas ao longo do ano e 4,4% no quarto trimestre, impulsionadas

pelo apelo de um formato adequado às necessidades dos clientes em áreas de alto crescimento. As vendas brutas sob bandeira rosa subiram 9,8% no trimestre (+7,8% no ano). A expansão da rede de lojas acelerou no trimestre, com 306 aberturas, incluindo 161 pontos de venda em Auvergne-Rhône-Alpes, Occitane e Regiões Provence-Alpes-Côte d'Azur, correspondente à chegada em outubro de master franqueados.

SAÚDE

Lucro da Bayer recuou 47,3% e chegou a 611 milhões de euros

A Bayer obteve lucro líquido de 611 milhões de euros (US\$ 648 milhões) no quarto trimestre de 2022, informou a companhia na terça-feira (28). O resultado representa uma queda de 47,3% na comparação com igual trimestre do ano anterior, quando a empresa obteve lucro líquido de 1,16 bilhão de euros (US\$ 1,30 bilhão na conversão feita no período). O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) antes de itens especiais foi de 2,46 bilhões de euros, valor 2,5% superior ao 2,40 bilhões de euros reportado no quarto trimestre de 2021.

As vendas aumentaram 7,9%, a 12 bilhões de euros, em comparação com 11,12 bilhões de euros no quarto trimestre do ano anterior, levemente abaixo das expectativas de consenso de analistas de 12,06 bilhões de euros.

A divisão Crop Science, que inclui produtos agrícolas, registrou crescimento nas vendas no quarto trimestre, variação positiva de 11,4% em relação ao quarto trimestre do ano anterior, com incremento em todas as regiões. A companhia disse em comunicado que o crescimento mais expressivo foi em herbicidas, que tiveram aumento de vendas nas Américas, na Europa, no Oriente Médio e na África, graças aos preços mais altos, em virtude de oferta mais apertada de produtos à base de glifosato.

Na divisão de produtos farmacêuticos, as vendas de medicamentos prescritos aumentaram

mais de 1,1% em 2022, com mais de meio bilhão de euros em vendas vieram dos novos produtos da divisão: os medicamentos contra o câncer Nubeqa e Kerendia para o tratamento da doença renal crônica associada ao diabetes tipo 2, disse a Bayer. As vendas de saúde ao consumidor também cresceram em 2022, com crescimento em todas as regiões e categorias em relação ao ano anterior, que já havia sido forte.

Para 2023, a Bayer disse que espera que os lucros sejam menores por causa dos altos aumentos de custos causados pela inflação, embora as vendas devam crescer para uma faixa de entre 51 bilhões de euros a 52 bilhões de euros no ano.

"Apesar das condições adversas, 2022 foi um ano de muito sucesso para a Bayer. Attingimos as metas financeiras que levantamos em agosto", disse o CEO Werner Baumann na terça-feira na coletiva de imprensa do balanço. Segundo ele, a empresa está ativa nas áreas certas. "Saúde e nutrição são necessidades humanas essenciais. Nossa visão de saúde para todos, fome de ninguém é e continuará sendo da mais alta relevância, especialmente em tempos como estes."

O fluxo de caixa livre atingiu EUR 3,111 bilhões - mais que o dobro do valor do ano anterior. Em 31 de dezembro, a dívida financeira líquida caiu 4,0% em relação ao final de 2021, para 31,809 bilhões de euros. As entradas de caixa de ativida-



Medicamentos: as vendas aumentaram 7,9%, para 12 bilhões de euros

des operacionais e a venda da unidade de negócios de Ciência Ambiental para clientes profissionais foram compensadas por saídas de caixa de dividendos e efeitos cambiais negativos.

"Devido aos resultados muito bons, nós e o Conselho Fiscal propomos um dividendo de 2,40 euros na Assembleia Geral Anual. Isso corresponde a um aumento de 20% em relação ao ano anterior", disse o diretor financeiro Wolfgang Nickl. A empresa irá pagar 2,358 bilhões de euros, com 982,42 milhões de ações com direito a dividendos.

O negócio agrícola (Crop Science) alcançou um aumento de 15% nas vendas, apoiado por

todas as regiões, para o valor recorde de 25,169 milhões de euros. Em sementes e características de milho, a divisão aumentou sua participação de mercado e vendas (ajuste de câmbio e portfólio em 8,8 por cento). Os aumentos de preços em todas as regiões mais do que compensaram a área reduzida na América do Norte e a receita de licenças mais baixa. As vendas dos fungicidas aumentaram em 5,2 por cento. Os aumentos de preços, particularmente nas regiões da América Latina e Europa/Oriente Médio/África, mais do que compensaram as quedas de volume na América do Norte.

SERVIÇO DE ENTREGA

GPA registrou prejuízo de R\$ 1 bilhão no 4º trimestre

O Grupo Pão de Açúcar (GPA) registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 1,102 bilhão no quarto trimestre de 2022, revertendo lucro de R\$ 777 milhões apurado um ano antes. Em seu release de resultados, a empresa destaca que os números do quarto trimestre foram impactados por elementos excepcionais que totalizaram R\$ 956 milhões. O prejuízo líquido consolidado normalizado, excluindo esses elementos excepcionais, foi de R\$ 146 milhões.

O Ebitda Ajustado ficou em R\$ 835 milhões, recuo de 25,3% em relação ao quarto trimestre de 2021. Já a margem Ebitda Ajustado registrou uma queda de 2,3 p.p., passando de 9,3% para 7% na mesma base de comparação. A receita líquida ajustada, por sua vez, apresentou leve baixa de 0,9%, chegando a R\$ 11,859 bilhões frente aos R\$ 11,966 bilhões registrados um ano antes.

As vendas totais do Novo GPA Brasil atingiram R\$ 5,3 bilhões no quarto trimestre e, excluindo postos, R\$ 4,9 bilhões, resultando em um crescimento de 16,8%, impulsionado pelas lojas convertidas dos hipermercados e pela consistente retomada do fluxo de clientes nas lojas nos últimos trimestres. Em vendas mesmas lojas o crescimento foi de 7,3% ante o quarto trimestre de 2021, mostrando também uma melhora sequencial ante o terceiro trimestre, que registrou venda mesmas lojas de 6,6%.

A dívida líquida incluindo o saldo total de recebíveis não antecipados no GPA Brasil alcançou R\$ 2 bilhões, com alavancagem de 2,3 vezes. A posição de caixa do fim do trimestre foi de R\$ 3,8 bilhões, 3,8 vezes a dívida de curto prazo da companhia.

Entre outubro e dezembro, o resultado financeiro líquido do GPA Consolidado totalizou R\$ 37 milhões ante resultado financeiro negativo de R\$ 111 milhões apurado um ano antes. No trimestre, as receitas financeiras foram impactadas por efeito excepcional de R\$ 186 milhões, referente a atualização de créditos fiscais.

A empresa é líder no varejo alimentar com R\$ 1,7 bilhão de GMV em 2022, R\$ 448 milhões no quarto trimestre de 2022, o que corresponde a um crescimento de 7,0%. O serviço de entrega em 60 minutos ("Pra já") cresceu no período e já está disponível em 200 lojas. A entrega no mesmo dia já atinge 70% dos pedidos em 2022, contra 40% em 2021.

O GPA pretende acelerar a operação expressa em até 30 minutos com

A parceria com o iFood em 62 lojas. O acordo com a Magazine Luiza também foi estendida, além de novas operações com Shopee e iFood Shopping.

O GPA registrou um aumento de 270.000 usuários ativos no app entre o quarto trimestre de 2022 e o terceiro trimestre de 2022, atingindo 1,2 milhão de usuários ativos no mês.

SUPERÁVIT

Setor público registra o segundo melhor desempenho desde 2001

Dívida bruta do governo federal continuou trajetória de queda e alcançou R\$ 7,257 tri no mês passado, o que representa 73,1% do Produto Interno Bruto

O setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) iniciou 2023 no azul. Após o déficit primário de R\$ 11,813 bilhões registrado em dezembro de 2022, as contas consolidadas do País tiveram superávit de R\$ 99,013 bilhões em janeiro, o segundo maior resultado para o mês da série histórica iniciada em dezembro de 2001, segundo o Banco Central.

Em janeiro de 2022, o superávit foi de R\$ 101,833 bilhões, o recorde para meses de janeiro. O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

No mês, o resultado fiscal foi composto por um superávit de R\$ 79,405 bilhões do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS). Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram o resultado positivamente com R\$ 21,772 bilhões em janeiro. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 17,268 bilhões, os municípios tiveram resultado positivo de R\$ 4,504 bilhões. As empresas estatais registraram dado deficitário de R\$ 2,164 bilhões.

O setor público consolidado registrou um superávit nominal de R\$ 46,692 bilhões em janeiro. Em dezembro, o resultado nominal havia sido deficitário em R\$ 70,821 bilhões e, em janeiro de 2022, o saldo foi positivo em R\$ 84,061 bilhões. Em 12 meses até janeiro, as contas consolidadas do País tiveram um rombo nominal de R\$ 497,802 bilhões - 5,02% do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas do setor público, já após o pagamento dos juros da dívida pública. No primeiro mês de 2023, o governo central registrou superávit nominal de R\$ 34,888 bilhões. Os governos regionais tiveram saldo positivo de R\$ 14,383 bilhões, enquanto as empresas estatais registraram déficit nominal de R\$ 2,578 bilhões.

O setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 123,273 bilhões em 12 meses



Rocha: "o gasto com juros nominais pelo setor público nos últimos 12 meses é o maior da série histórica do BC"

finalizados em janeiro, informou o Banco Central. Em porcentual do PIB, o superávit é equivalente a 1,24%. Em 2022, as contas consolidadas do setor público foram superavitárias em R\$ 126 bilhões, mas as contas consolidadas estão no azul em 12 meses desde novembro de 2021.

O resultado fiscal positivo em 12 meses até janeiro é composto por um superávit de R\$ 56,922 bilhões do Governo Central (0,57% do PIB). Já os governos regionais (Estados e municípios) apresentaram um saldo positivo de R\$ 66,718 bilhões (0,67% do PIB) no período. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 38,015 bilhões, os municípios apresentaram dado positivo de R\$ 28,704 bilhões no ano passado. As empresas estatais registraram um resultado negativo de R\$ 467 milhões.

A dívida pública brasileira continuou sua trajetória de queda em janeiro. Dados divulgados na terça-feira, 28, pelo Banco Central mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral alcançou R\$ 7,257 trilhões no mês passado, o que representa 73,1% do Produto Interno Bruto (PIB). No fim de 2022, a dívida

bruta era de 73,4% do PIB (dado revisado). O pico da série da dívida bruta foi alcançado em outubro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) passou de 57,5% para 56,6% do Produto Interno Bruto (PIB) entre dezembro e janeiro. A DLSP atingiu R\$ 5,614 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse que o gasto acumulado com juros

nominais pelo setor público consolidado nos últimos 12 meses, de R\$ 620,975 bilhões, é o maior da série histórica da autoridade monetária.

O montante é equivalente a 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB). "Em termos de porcentual do PIB, o gasto em 12 meses com juros é o maior desde julho de 2022, quando foi de 6,29%", completou.

Fernando Rocha também comentou que a leve piora no superávit primário do setor público consolidado de janeiro na comparação com o mesmo mês de 2022 se deve à piora no resultado das empresas estatais.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC destacou também que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que ficou 73,1% do Produto Interno Bruto em janeiro, chegou ao menor porcentual desde junho de 2017, quando estava 72,7% do PIB.

"A queda da dívida líquida em janeiro deve-se ao superávit primário e à alta de PIB nominal no mês", analisou Rocha. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

GESTÃO DE ATIVOS

Itaú anuncia início das operações da IGA

O Itaú Unibanco Holding informou na terça-feira, 28, o início das operações do Itaú Gestão de Ativos (IGA), empresa do conglomerado Itaú Unibanco especializada na oferta de serviços de gestão de eficiência de custos, compras corporativas e patrimônio.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o banco destaca que, derivada da área de Compras e Gestão de Patrimônio do Itaú Unibanco, a IGA atuará como uma companhia não financeira e de perfil técnico, contando com uma equipe de 370 profissionais especializados, responsáveis pela prestação de serviços focados em eficiência operacional, qualidade e relação ética e transparente, estendendo às empresas de diversos segmentos e clientes do banco as práticas e resultados já obtidos no Itaú Unibanco, que também é cliente da IGA.

"Com a prestação de serviços ao banco, a IGA já nasce com o porte e expertise de uma das 10 maiores empresas em seu segmento no Brasil, gerenciando anualmente mais de R\$ 16 bilhões em compras, uma carteira de R\$ 6,3 bilhões em ativos não financeiros e mais de 1 milhão de metros quadrados em espaços corporativos", destaca.

Seguindo o banco, a IGA será uma empresa digital na oferta de soluções, oferecendo serviços e produtos para todos os portes de empresa, conforme as necessidades. A expectativa é que as receitas com serviços prestados para outras companhias, além do Itaú Unibanco, respondam pela maioria da geração anual de valor da IGA.

No mês passado, o Itaú lançou um novo fundo, chamado Itaú Balanceado Ativo FMP-FGTS Carteira Livre, que é direcionado para as pessoas que investirem recursos do FGTS em Fundos Mútuos de Privatização (FMPs).

Por meio deste novo produto, os investidores podem migrar recursos que já possuem alocados em FMPs para uma alternativa que diversifica o seu portfólio com gestão ativa abrangendo renda fixa e variável.

"O interessante de um FMP é a possibilidade de utilizar recursos do FGTS para a compra de ações de uma empresa específica em busca de rentabilidade potencialmente maior, considerando a volatilidade inerente de ativos de renda variável e totalmente condicionado ao desempenho de uma companhia. O nosso produto reúne, por um lado, a possibilidade de usar esse recurso do FGTS já investido em



A IGA será uma empresa digital na oferta de soluções, oferecendo serviços e produtos para todos os portes de empresa, conforme as necessidades

um FMP em um ativo com portfólio mais diversificado e flexível, de forma equilibrada", diz Claudio Sanches, diretor de produtos de investimento e previdência do Itaú Unibanco.

O Itaú Balanceado Ativo possui uma política de investimentos que busca manter 55% dos recursos em renda variável e 45% em renda fixa.

Na parcela de variável, a estratégia adotada é a mesma do fundo Asgard, gerido pela Itaú Asset, tendo como objetivo superar o Ibovespa capturando as oportunidades de alta convicção em empresas que não estejam corretamente precificadas.

A estratégia é liderada por um time de gestão reconhecido no mercado e premiado internacionalmente.

Na parte de renda fixa, o fundo combina as principais estratégias de crédito privado da Itaú Asset, que se beneficiam de três importantes pilares para a geração de retorno: análise de crédito diferenciada com pesquisa e ratings Corporativo, proprietários, acesso a colocações exclusivas ("private placement") e gestão ativa.

O fundo Itaú Balanceado Ativo FMP-FGTS Carteira Livre está disponível para contratação via portabilidade dos recursos já alocados em FMPs.

O fundo possui taxa de administração de 1,50% ao ano e tributação de 15% do que exceder o rendimento do FGTS. Para fazer a portabilidade, o investidor deve solicitar diretamente para a instituição na qual mantém o investimento em FMP.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

por **Fernanda Valadares**



Especialista em inventário extrajudicial, pós-graduada em Direito Privado e pós-graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV/SP. Advogada de empresa pública e sócia do escritório Valadares e Fueta Advogados

REGIME DE BENS E IDADE ACIMA DE 70 ANOS

A separação obrigatória como única opção de regime de bens para nubentes com idade acima de 70 anos.

É SABIDO QUE O REGIME de bens é definido no momento do casamento. No entanto, excepcionando a regra da livre escolha, quando um dos nubentes conta com idade acima de 70 anos, o regime já pré-definido pelo Estado é o regime legal da separação obrigatória de bens.

O Estado, com o argumento do dever de proteger o patrimônio do idoso, tolheu a vontade de escolha por regime diverso do que o regime da separação obrigatória de bens ao idoso acima de 70 anos.

A INTENÇÃO DA LEI É a de proteger os herdeiros e a pessoa com idade avançada de casamentos realizados apenas por interesses econômico-patrimoniais.

No entanto, cria-se uma generalização no sentido de que todo e qualquer casamento de pessoa acima de 70 anos será puramente por interesse econômico e conclui que o idoso não teria capacidade de discernir o que pode ou não ser feito com o seu patrimônio.

Pela lei, no regime da separação obrigatória de bens não há comunhão de bens entre os cônjuges. Logo, todo o patrimônio já previamente adquirido antes do casamento ou aquele adqui-

rido na constância do casamento não se comunica e será propriedade particular de quem o adquiriu.

A regra, portanto, em caso de divórcio na separação obrigatória é a de que não haverá direito de partilha entre os cônjuges. E no caso de sucessão, o cônjuge sobrevivente não será herdeiro do seu companheiro falecido.

DITO ISSO, APESAR DA LEI vedar a comunhão de bens no regime da separação obrigatória - também chamada de separação legal - o que percebemos é que a lei nem sempre acompanha a vida real. Por vezes, apesar do impedimento legal, vimos que um patrimônio pode ser adquirido por um dos casais, mas com esforço comum de ambos os cônjuges. Atento a esse fato é que o STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL) editou a Súmula de jurisprudência número 377 que estabelece: "No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento".

A interpretação da Súmula permite que o regime da separação legal ou separação obrigatória de bens se assemelhe ao regime da comunhão parcial de bens. Ou seja, desde que demonstrado esforço comum do casal na aquisição dos bens, esses bens serão con-

siderados do casal. Portanto, haverá a comunicação do patrimônio entre os cônjuges, tanto em caso de divórcio quanto na sucessão, com a meação.

ASSIM, O PROBLEMA da comunicação ou não do patrimônio de pessoas com idade avançada não foi completamente resolvido. Isto porque apesar de a Súmula 377 do STF permitir a comunicação dos bens, cabe ao cônjuge provar a existência de esforço comum na aquisição destes, e nem sempre essa é uma tarefa fácil e rápida a ser dirigida à luz da justiça brasileira.

FATO É QUE, ATUALMENTE, a regra é a de que pessoas com idade acima de 70 anos deverão se casar necessariamente pelo regime da separação obrigatória de bens. Ressalto que foi utilizado o termo "atualmente" porque está em julgamento no STF a constitucionalidade ou não dessa imposição e obrigatoriedade da predeterminação do regime de bens.

Discute-se no Tribunal Superior se é legalmente possível a obrigação e a imposição de regime de bens a uma pessoa capaz e lúcida de decidir sobre todos os atos da vida civil apenas pelo fato da idade. Até que ponto o Estado deveria, sob o fundamento de pro-

teção, interferir na vida particular de cada indivíduo?

O JULGAMENTO FINAL ainda está pendente, mas diante da realidade que vivemos hoje, não se pode esperar que essa imposição se mantenha. O idoso, independentemente da idade, se lúcido e capaz, deve ter o direito de escolher o regime de bens que melhor lhe convier quando resolver se casar e constituir uma família. Precisa ter a liberdade de escolher o regime que lhe aprouver, seja o da separação total de bens (separação convencional), ou qualquer outro regime, caso assim seja o desejo do casal.

O FATO AQUI TRATADO e defendido é o de que a escolha do regime de bens deverá ser dos nubentes, independentemente da idade, se ainda lúcidos e capazes.

Portanto, apesar de hoje vigorar a regra da obrigatoriedade do regime da separação obrigatória de bens para idosos que se casam acima de 70 anos, espera-se que o STF decida no sentido de que, independentemente da idade, o nubente poderá ser capaz de decidir, por si só, qual regime escolher caso deseje constituir um matrimônio.

SEGURANÇA

Governo dos EUA dá 30 dias para que TikTok seja banido de agências

A proibição do dispositivo impacta uma pequena porção da base de usuários do TikTok nos EUA e acrescenta combustível aos pedidos de proibição total

A Casa Branca deu às agências governamentais 30 dias para que o TikTok seja banido de agências federais dos EUA. Em uma tentativa de manter os dados dos EUA seguros, todas as agências federais americanas devem eliminar o TikTok dos telefones e sistemas e proibir o tráfego de internet das agências de chegar à empresa chinesa, disse Shalanda Young, diretora do Escritório de Administração e Orçamento dos Estados Unidos, às agências em um memorando de orientação. A Reuters teve acesso ao documento.

A proibição, ordenada pelo Congresso no final do ano passado, segue ações semelhantes do Canadá, da União Europeia e de Taiwan, além de mais da metade dos estados dos EUA.

A proibição do dispositivo impacta uma pequena porção da base de usuários do TikTok nos EUA e acrescenta combustível aos pedidos de proibição total do aplicativo de compartilhamento de vídeo.

As preocupações com a segurança nacional sobre a China aumentaram nas últimas semanas, depois que um balão chinês voou sobre os EUA.

Propriedade da ByteDance, o TikTok disse que as preocupações são alimentadas por desinformação e negou o uso do aplicativo para espionar americanos. A ação não afeta os mais de 100 milhões de americanos que usam o TikTok em dispositivos privados ou de propriedade da empresa. Até a publicação da reportagem, o TikTok não havia

comentado o memorando da Casa Branca.

O Congresso votou em dezembro para proibir funcionários federais de usar o aplicativo de vídeo de propriedade chinesa em dispositivos do governo e deu ao governo Biden 60 dias para emitir diretrizes da agência.

A votação foi a mais recente ação dos legisladores dos EUA para reprimir as empresas chinesas em meio a temores de segurança nacional de que Pequim possa usá-las para espionar os americanos.

O diretor federal de segurança da informação, Chris DeRusha, disse que "essa orientação faz parte do compromisso contínuo do governo em proteger nossa infraestrutura digital e proteger a segurança e a privacidade do povo americano".

A desconfiança que sempre permeou as relações entre os dois países está se transformando no que analistas dizem ser algo perturbador: uma disputa entre dois poderes irconciliáveis.

Muitas agências governamentais, incluindo a Casa Branca, o Departamento de Defesa, o Departamento de Segurança Interna e o Departamento de Estado proibiram o TikTok de dispositivos do governo antes da votação.

A proibição não se aplica se houver segurança nacional, aplicação da lei ou atividades de pesquisa de segurança, mas a liderança da agência deve aprovar essas atividades, disse o memorando de Young e "exceções gerais aplicáveis a uma agência inteira não são permitidas".



DeRusha disse que a orientação faz parte do compromisso do governo em proteger a infraestrutura digital

Na terça-feira, 28, o Comitê de Relações Exteriores da Câmara deve votar um projeto de lei que daria ao presidente Joe Biden autoridade para proibir o TikTok de todos os dispositivos dos EUA.

"Meu projeto de lei autoriza o governo a proibir o TikTok ou quaisquer aplicativos de software que ameacem a segurança nacional dos EUA", disse o representante Mike McCaul, presidente do comitê. "Qualquer pessoa com o TikTok baixado em

seu dispositivo deu ao (Partido Comunista Chinês) um backdoor para todas as suas informações pessoais. É um balão espião no telefone deles."

A American Civil Liberties Union disse que se opõe a uma proibição do Congresso sobre o TikTok.

O memorando da Casa Branca disse que dentro de 90 dias, as agências devem abordar qualquer uso de o TikTok por fornecedores de TI por meio de contratos e com agências de 120

dias incluirá uma nova proibição de o TikTok em todas as novas solicitações.

A proibição canadense foi emitida "sem citar qualquer preocupação específica de segurança ou entrar em contato conosco com perguntas", um disse o porta-voz do TikTok.

As duas maiores instituições de formulação de políticas da União Europeia baniram na semana passada o TikTok de telefones de funcionários por motivos de segurança cibernética.

MEIO AMBIENTE

África busca soluções para recuperação acelerada

A vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, participou da abertura do 9º Fórum Africano Regional para o Desenvolvimento Sustentável 2023. O evento aconteceu na terça-feira, em Niamei, capital do Níger, na África Ocidental.

Realizado em formato híbrido, presencial e online, o encontro tem como tema a aceleração da recuperação verde e inclusiva das múltiplas crises e a implementação integrada e plena da Agenda 2030, da ONU, e da Agenda 2063 da União Africana.

Amina Mohammed disse que o mundo está passando por uma série de crises em cascata que minam os ganhos de desenvolvimento e ameaçam as gerações atuais e futuras.

Segundo ela, a África está sofrendo o impacto total, com as consequências socioeconômicas da Covid-19, a crise climática e a guerra na Ucrânia.

A vice-secretária-geral lembrou que cerca de 23 milhões de africanos foram lançados na pobreza extrema em 2021. Ela disse ainda que o mundo está distante de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os compromissos da Agenda 2063.

Mas para Amina Mohammed, "não é hora de se desesperar", mas sim de demonstrar solidariedade, liderança e o compromisso com as ações.

A emergência climática na região do Sahel está contribuindo para uma crescente ameaça à segurança, a disseminação do terrorismo e uma situação humanitária catastrófica.

Atualmente, o mundo caminha para 2,7 graus de aquecimento, o que pode gerar perdas de cerca de 15% do Produto Interno Bruto, PIB, na região.

Sobre o crescimento do comércio dentro do continente, a vice-secretária-geral da ONU elogiou a liderança da União Africana, que também possibilitou o Acordo Continental de Livre Comércio. A chance de tirar 30 milhões de pessoas da pobreza extrema.

Mohammed lembrou ainda que os chefes de Estados africanos também endossaram um plano de ação sobre industrialização sustentável e diversificação econômica.

Para ela, a transformação energética da África é o centro desses esforços incluindo o registro de créditos de carbono da Bacia do Congo e a Grande Muralha Verde, que tem o potencial de fornecer resiliência climática e meios de subsistência sustentáveis para populações vulneráveis.

A representante mencionou também a proposta da "Grande Muralha Azul", que pode garantir benefícios semelhantes de uma gestão eficaz dos ecossistemas marinhos e de água doce do continente.

O Fórum Africano Regional para o Desenvolvimento Sustentável 2023 acontece até esta quinta-feira.

As principais mensagens e a declaração final também servirão como contribuição para o Fórum Político de Alto Nível de 2023 sobre Desenvolvimento Sustentável, marcado para Nova York de 10 a 20 de julho de 2023.

Em setembro, a ONU realiza a Cúpula dos ODS, durante a Semana de Alto Nível dos Chefes de Estado e de Governo.

A vice-secretária-geral ressaltou que a Cúpula é o momento para cumprir as promessas feitas em 2015. Para ela, as soluções de uma África em ascensão, devem ser apoiadas, com investimentos, pelos 54 líderes de Estados africanos que participaram dos debates.

MORATÓRIA GLOBAL



O alto comissário para os Direitos Humanos, Volker Turk, pediu os países que limitem a pena capital com moratórias e atuem para a abolição: "o caminho para a defesa da dignidade não estará completo"

Países de língua portuguesa debatem o fim da pena de morte

O Conselho de Direitos Humanos realizou um debate sobre violações dos direitos humanos relacionadas com o uso da pena de morte, em particular no que concerne aos crimes mais graves.

Ao apresentar a posição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Cplp, o ministro da Justiça e Direitos Humanos de Angola, Marcy Lopes, enfatizou a defesa da vida.

"É o direito sobre o qual não existem outros direitos. O direito à vida deve ser preservado a todo o custo pelos Estados acima de todos os outros direitos, porque é por via do direito à vida que se protege a pessoa humana. É um dos pilares constitutivos da nossa comunidade, onde todos os esforços

foram enviados. É com orgulho que asseguramos que todos os esforços foram enviados para que ele se torne uma realidade."

Lopes realçou a estratégia gradual adotada pela Cplp sobre o tema.

"Em primeiro lugar, através do estabelecimento de uma moratória. Bem como na limitação do seu uso para os crimes mais graves. Em mais nenhum país da nossa comunidade vigora a pena de morte. Deste modo, afirmamos o nosso compromisso para a proteção do direito à vida, sendo o bem mais precioso que merece uma proteção efetiva a nível universal. A Cplp continuará a lutar a favor da eliminação da violação dos direitos humanos rela-

cionadas com a aplicação da pena de morte. Em particular no que diz respeito à limitação da pena de morte e aos crimes mais graves."

No evento participaram ainda o integrante da Comissão de Direitos Humanos, José Manuel Santos Pais e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João Gomes Cravinho.

Na abertura, o alto comissário para os Direitos Humanos, Volker Turk, pediu os países que limitem a pena capital com moratórias e atuem para a abolição.

Para ele, até que todas as nações possam abolir a pena capital, "o caminho para a defesa da dignidade humana nunca estará totalmente completo".

Turk destaca que faz anos

que as Nações Unidas se opuseram à pena de morte em todas as circunstâncias e que partilha da posição "com a mais forte convicção".

Segundo ele, em última análise, trata-se da promessa da Carta da ONU dos mais altos padrões de proteção de todos os seres humanos.

Em dezembro passado, um recorde de 125 nações votou a favor de uma resolução pedindo uma moratória global sobre o uso da pena de morte com vista à sua abolição.

Para o chefe de Direitos Humanos, existem razões profundamente convincentes para essa posição, tanto de princípios quanto práticas. Para ele, é a mais severa e irreversível das penas difícil de conciliar com

a dignidade humana e com o direito à vida.

Turk disse que a celebração dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos seja um motivo para a medida e que todos são "desafiados a ir além". O apelo aos governos é que recolham, analisem e disponibilizem dados públicos sobre seu uso e eficácia real.

Segundo ele, em vários contextos, a pena de morte, em sua aplicação prática, também discrimina, condenando à morte pessoas à margem da sociedade, entre elas minorias raciais, étnicas, linguísticas, religiosas e a comunidade Lgbtqi+.

O chefe de direitos humanos lembra situações em que a pena capital é usada para intimidar opositores políticos ou manifestantes, principalmente jovens.

Turk disse que nações que aboliram a pena de morte viram suas taxas de homicídio inalteradas e, em alguns casos, caírem.

Argentina apresentou a posição comum com Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Uruguai e Panamá sobre o tema.

MERCADO DE TRABALHO

Lula promete apresentar lei de igualdade salarial entre gêneros

O presidente afirmou que o governo irá lançar o novo Bolsa Família, que terá um valor extra para famílias maiores, além da manutenção da frequência escolar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, em 8 de março, comemorado o Dia da Mulher, o governo irá apresentar uma lei de igualdade salarial de gênero para homens e mulheres que exercem a mesma função. A medida é uma promessa de campanha que favoreceu o apoio da então candidata e agora ministra do Planejamento, Simone Tebet, ao candidato petista à cadeira presidencial.

"Finalmente, Simone Tebet, agora, no Dia das Mulheres, a gente vai apresentar, definitivamente, a tal da lei que vai garantir que a mulher, definitivamente, receba o salário igual ao homem se ela exercer a mesma função", declarou Lula, se direcionando à ministra. As falas ocorreram em discurso de evento de reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) no Palácio do Planalto na manhã desta terça-feira, 28. Após o anúncio, Tebet, presente no evento, aplaudiu o presidente de pé.

"Toda hora que você vai procurar essa lei, parece que existe, mas tem tantas nuances que tudo é feito para a mulher não ter o direito. Ou seja, então é preciso fazer uma lei que diga que a mulher deve ganhar o mesmo salário do homem se exercer a mesma função. E pronto, não tem virgula", enfatizou. "E é obrigado: se não pagar, vai ter que ter alguém para fiscalizar", citando o Ministério do Trabalho e Emprego e o ministro da Pasta, Luiz Marinho.

Durante a fala, o presidente também fez referência ao ministro da Educação, Camilo Santana, sobre a implementação de escolas de tempo integral no Brasil, promessa de campanha. "Espero que o Camilo consiga logo começar a implantar escola de tempo integral neste país porque é uma necessidade vital para o nosso jovem se formar adequadamente", disse.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama, Janja Lula da Silva, durante cerimônia de reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O chefe do Executivo disse que, na quinta-feira, 2, o governo irá lançar o novo Bolsa Família. Ele disse que o programa deve ter um valor extra para famílias maiores.

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias disse que as famílias receberão um valor mínimo de R\$ 600, o acréscimo de R\$ 150 por criança até 6 anos e mais um valor por pessoa.

"O programa terá também uma regra que leva em conta um per capita (por pessoa), a proporção, o tamanho de cada família, para que a gente tenha mais justiça nessa transferência de renda", disse. Ele não adiantou, entretanto, qual será o valor per capita.

Com o novo Bolsa Família, o governo deve retomar as contrapartidas das famílias beneficiárias, como a manutenção da frequência escolar das crianças e a atualização da caderneta de vacinação. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil,

que não exigia as contrapartidas.

O programa também deve ter o foco na atualização do Cadastro Único e integração com o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com a busca ativa para incluir quem está fora do programa e a revisão de benefícios com indícios de irregularidades. Segundo Dias, haverá integração com outros 32 programas de governo voltados para a qualidade de vida da população.

Os novos valores foram garantidos com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que estabeleceu que o novo governo terá R\$ 145 bilhões para além do teto de gastos, dos quais R\$ 70 bilhões serão para custear o benefício social.

Ao falar sobre as periferias, Lula afirmou que não é só a presença da Polícia que vai "resolver" a violência nas áreas. "Muitas vezes, a Polícia é a causa da violência. A violência, muitas vezes, é a falta do Estado na periferia", declarou. Voltando-se ao ministro da Justiça, Flávio Dino,

presente no evento, ele disse para se discutir, "quem sabe", uma nova política de segurança pública para o País.

"Não é uma coisa a se discutir imediatamente não. Mas, ou nós começamos a discutir agora, ou ela nunca vai acontecer", comentou o presidente.

A Gerente de Learning & Development e D&I na LHH, especialista em diversidade e inclusão, Mara Turolla, disse que estamos diante de uma "virada de chave", na qual não só o mercado de trabalho, mas toda a sociedade está mudando e muito mais atenta a essas questões, historicamente complexas.

"É notória a maior preocupação com a Equidade de Gêneros, Raça & Etnia, inclusão das pessoas com deficiência (PcDs), dentre outras, por parte dos cidadãos, consumidores, colaboradores das empresas, fornecedores e investidores", afirmou, apontando os dois primeiros tópicos como os que lideram a preocupação das empresas.

A equidade de gênero é uma das ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) dentro do Pacto Global da ONU e, segundo estudo da própria consultoria, em 2018, essa igualdade entre homens e mulheres agrega em média 21% no lucro e afeta a imagem da empresa junto aos clientes e a sociedade.

Ela destaca que as companhias que aumentaram a presença de mulheres em até 30% nos cargos de liderança tiveram aumento de 15% na rentabilidade. "Estamos falando de geração de valor, seja para a marca, para empresa, para sua cadeia produtiva etc.", detalha Mara Turolla, lembrando que ainda é preciso avançar, pois o número de empresas que possuem mulheres nos conselhos de administração e na alta liderança ainda está muito longe da equidade. "Essa agenda deve estar sempre no radar das empresas que, diante de dificuldades diversas, não devem retroagir. Mas, no geral, a notícia boa é que estamos avançando", conclui.

INVESTIMENTOS

Renan Filho diz que governo estuda concessão de novas ferrovias



Renan: "País precisa se restabelecer"

O ministro dos Transportes, Renan Filho, prometeu na terça-feira, 28, apoiar investimentos privados e disse que novos projetos de concessão de rodovias e ferrovias federais estão em gestação no governo. "Estamos trabalhando, com critérios técnicos e com planejamento, em projetos de novas concessões de rodovias e ferrovias à iniciativa privada", afirmou Renan Filho em discurso na Intermodal, feira do setor de logística que acontece no centro de convenções São Paulo Expo, na zona sul da capital paulista.

O ministro ponderou que é difícil tornar esses investimentos viáveis com os juros a 13,75% ao ano. Por isso, frisou, o governo está descascando o que o ministro chamou de "pepino" deixado pela administração anterior, referindo-se à reoneração dos combustíveis.

Como ressaltou Renan Filho, o País precisa restabelecer parâmetros econômicos e garantir a sustentabilidade da dívida pública para, assim, criar um ambiente favorável à queda dos juros e, consequentemente, à retomada dos investimentos.

Ele assegurou que a iniciativa privada, de capital tanto doméstico quanto internacional, poderá contar com o governo como um parceiro para destravar investimentos e superar gargalos de infraestrutura históricos que comprometem a competitividade nacional. "O Brasil tem pressa em modernizar a logística para voltar a crescer e gerar empregos", afirmou o ministro, manifestando otimismo de que o País vai dar um salto nos próximos anos em infraestrutura.

Ele lembrou que, nos últimos anos, o Brasil investiu menos de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, enquanto os custos logísticos no País são estimados em cerca de 15% do PIB, o dobro de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "É muito, muito, muito pouco a um país gigante como o nosso", disse Renan Filho ao falar do limitado montante de investimento no setor.

Da parte do governo federal, ele ressaltou que, com a abertura de espaço no orçamento a partir da PEC da transição, o ministério dos Transportes terá apenas neste ano o volume de recursos para investimentos acumulado nos últimos quatro anos. "Recuperamos a capacidade de investimento público na manutenção e retomada de obras em rodovias e ferrovias federais."

"Mais recursos públicos para investimento significa mais capacidade para atrair capital privado", acrescentou o ministro, prometendo que os investimentos vão buscar a eficiência do gasto público e priorizar áreas estratégicas para a logística e o desenvolvimento regional.

Ao dizer que o País recuperou a confiança do capital internacional, Renan Filho pontuou que o governo oferece a investidores segurança jurídica e previsibilidade de contratos, além dos compromissos com a sustentabilidade ambiental.

Ele também enfatizou o potencial de novos investimentos nas áreas tocadas por seu ministério. "Temos demanda por mais investimentos em rodovias, com mais tecnologia, sustentabilidade e segurança aos usuários", assinalou.

COLABORAÇÃO PREMIADA

CNJ abre processo disciplinar e afasta o Juiz Marcelo Bretas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu na terça-feira, 28, afastar o juiz Marcelo Bretas da 7ª Vara Federal Criminal do Rio. Ele é o responsável pelos processos derivados da extinta Operação Lava Jato em tramitação no Rio de Janeiro. Os conselheiros também abriram investigações internas sobre a conduta do juiz. O afastamento vale até a conclusão dos procedimentos.

O julgamento ocorreu a portas fechadas porque o caso foi colocado em sigilo. A transmissão ao vivo da sessão do CNJ foi interrompida e quem acompanhava presencialmente a votação precisou deixar o plenário.

Os processos administrativos foram abertos a partir de três reclamações disciplinares contra o juiz. Ele foi acusado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de negociar penas, orientar advogados, pressionar investigados e combinar estratégias

com o Ministério Público Federal (MPF) em acordos de colaboração premiada. A representação da OAB teve como base denúncias do advogado Nythamar Dias Ferreira Filho.

Outra reclamação foi apresentada pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que acusa o juiz de usar o cargo para tentar prejudicá-lo na campanha eleitoral de 2018. Trechos de uma delação premiada que atingiam o então candidato a governador foram vazados. Paes acabou derrotado no segundo turno pelo ex-juiz Wilson Witzel, que não chegou a terminar o mandato e foi cassado em meio a denúncias de corrupção.

A terceira reclamação partiu do corregedor do CNJ, Luis Felipe Salomão, após uma fiscalização extraordinária apontar 'deficiências graves dos serviços judiciais e auxiliares' na 7ª Vara Federal Criminal do Rio.



Bretas negociou penas

Liderado pelo ex-chefe da velha Operação Lava Jato Deltan Dallagnol, um grupo de deputados federais enviou ao diretor-geral da Polícia Federal Andrei Passos requerimento para abertura de inquérito sobre suposta doação eleitoral para a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em nome do juiz

Eduardo Fernando Appio.

O magistrado, sucessor de Luiz Antônio Bonat e Sérgio Moro no juízo que foi base da Lava Jato, já foi alvo de ataques públicos de Deltan por críticas aos métodos da extinta operação. O ex-chefe da força-tarefa chegou a atribuir ao juiz alinhamento com um programa ideológico de 'esquerda'.

Agora, no centro da notícia crime assinada por Deltan e outros seis deputados estão registros, no sistema de divulgação de contas de campanhas eleitorais de 2022, de duas doações em nome do juiz Eduardo Appio, uma de R\$ 13 para a campanha de Lula e outra de R\$ 40 para a campanha da deputada estadual Ana Júlia Ribeiro (PT).

Eduardo Appio já negou os repasses publicamente, em diferentes ocasiões. O magistrado afirmou que "não houve a doação" e destacou: "É algo que vai

INVASÃO

Bolsonaro defende presos por atos golpistas: “chefes de família e mães”

O ex-presidente afirmou que não foi encontrado um canivete sequer com essas pessoas, mas elas foram presas e garantiu que a maioria sequer estava na Praça dos Três Poderes no domingo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro que resultaram na depredação das sedes dos três Poderes. “Vai completar dois meses, 900 pessoas presas tratadas como terroristas. Não foi encontrado, quando foram presas, um canivete sequer com elas, mas estão presas. São chefes de família, senhoras, mães, avós”, disse ele durante evento na Flórida, nos Estados Unidos.

Ainda segundo Bolsonaro, “a grande maioria sequer estava na Praça dos Três Poderes naquele fatídico domingo, que nós não concordamos com o que aconteceu lá”. Desde que golpistas invadiram as sedes dos três Poderes, Bolsonaro tem tentado se desassociar do ocorrido, afirmando que não concorda com a invasão. Durante as eleições, o ex-presidente da República agiu diversas vezes para desacreditar as urnas eletrônicas e colocar em dúvida a confiabilidade do processo eleitoral.

A Procuradoria-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal mais 80 denúncias contra radicais que participaram dos atos do dia 8. O número de acusações formais chegou a 912.

Havia idosos entre os extremistas que invadiram prédios públicos pedindo “intervenção federal”, incluindo Fátima Mendonça, de 67 anos, que defecou no Supremo Tribunal Federal (STF) e afirmou que ia “pegar o Xandão”. Após as prisões iniciais, cerca de 599 pessoas foram liberadas por “questões humanitárias” - idosos, pessoas com problemas de saúde, em situação de rua e mães acompanhadas de crianças.

Na terça-feira, 28, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou a soltura de 137 denunciados pelos atos golpistas. Agora, eles poderão deixar o sistema carcerário do Dis-



Bolsonaro: “vai completar dois meses, 900 pessoas presas tratadas como terroristas. Não foi encontrado um canivete”

trito Federal e retornar a seus Estados de origem - ao todo 14 - para o cumprimento de medidas cautelares alternativas, inclusive com o uso de tornozeleira eletrônica.

As prisões de extremistas têm sido questionadas por críticos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que pedem a garantia dos direitos humanos dos presos e cobram que seja cumprido o devido processo legal nas acusações. Hoje, a maioria dos detidos teve prisão em flagrante convertida em prisão preventiva pelo ministro Alexandre de Moraes.

Em entrevista concedida à Jovem Pan, o empresário

Roberto Justus criticou o ex-presidente por seu comportamento durante a gestão presidencial e após a derrota nas urnas em outubro de 2022.

Segundo Justus, Bolsonaro “foi covarde” por ter saído do País sem assumir a derrota para Luiz Inácio Lula da Silva. “O que ele fez? Saiu do Brasil, não entregou a faixa, foi covarde, não falou com ninguém e, quando falou, foi uma decepção”, declarou ao programa Pânico.

Conhecido pelo apoio a Bolsonaro durante seu mandato, Justus chegou a defender votos para o ex-presidente no segundo turno das eleições do

ano passado. Agora, avaliou que o retorno de Lula como chefe de estado se deve pelas “bobagens” que o ex-chefe do Executivo fez e disse durante sua estadia no Planalto, enfatizando a ausência de uma administração mais eficiente.

O empresário reiterou ainda que Bolsonaro é influenciado por pessoas erradas e que deveria ter assumido uma “oposição democrática”: “Tem gente errada influenciando ele. Carluxos da vida que querem bater em todo mundo (...) Eu não quero mais um presidente que tenha esse tipo de atitude. Tem que ter uma voz de oposição forte”.

RÉU PRIMÁRIO

Alexandre manda soltar 137 presos por atos golpistas, com tornozeleira

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a soltura de 137 denunciados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro, quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. Os investigados colocados em liberdade provisória foram detidos no acampamento em frente ao QG do Exército e são acusados de incitação ao crime e associação criminosa. Agora, eles poderão deixar o sistema carcerário do Distrito Federal e retornar a seus Estados de origem - ao todo 14 - para o cumprimento de medidas cautelares alternativas, inclusive com o uso de tornozeleira eletrônica.

O magistrado entendeu que os investigados não são apontados como financiadores ou executores principais dos atos extremistas, e assim podem responder em liberdade às acusações apresentadas pela Procuradoria-Geral da República. Segundo o Supremo, no bojo das apurações sobre a ofensiva golpista, 803 pessoas seguem presas e 603 foram liberadas para responder em liberdade com cautelares.

Ao analisar a situação dos acusados, Alexandre de Moraes levou em consideração que a maioria tem a condição de réu primário e filhos menores de idade. O grupo foi denunciado por incitação ao crime e associação criminosa. Ao determinar a soltura dos investigados, Alexandre determinou que eles fossem notificados a apresentar defesa prévia sobre as acusações da PGR em 15 dias.

As decisões foram proferidas entre esta segunda e terça-feira, 27 e 28, no bojo do processo em que foram determinadas as prisões preventivas de investigados pela ofensiva antidemocrática que deixou um rastro de destruição no Congresso, Planalto e Supremo. Após a análise das prisões em flagrante, 942 investigados foram colocados regime de prisão que não tem data para acabar. O processo tramita em sigilo na Corte máxima.

Foram abarcados pelas decisões de Alexandre investigados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Alagoas, Pernambuco e Espírito Santo. Eles terão 24 horas para se apresentar ao juízo da comarca onde moram, devendo passar pelo mesmo procedimento todas as segundas-feiras.

As medidas cautelares alternativas à prisão impostas aos investigados libertos incluem a proibição de deixar o local onde moram, assim como o recolhimento domiciliar, durante a noite e aos fins de semana, com o uso de tornozeleira eletrônica.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Kerry discute pauta ambiental e novas parcerias com o Brasil

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebeu na terça-feira (28) o enviado especial dos Estados Unidos para o clima John Kerry e a embaixadora norte-americana no Brasil, Elizabeth Balgley. Entre os temas discutidos no encontro Pacheco destacou mudanças climáticas e transição energética.

Segundo o senador, Kerry ouviu que existe hoje no país uma consciência efetiva da sociedade e das instituições de que o combate ao desmatamento ilegal das florestas brasileiras deve ser uma prioridade e que Brasil precisa que focar na transição energética para valorizar combustíveis e a energia renovável.

“Foi um encontro muito positivo de alinhamento de estabelecimento, de parcerias e coloquei o Senado Federal e o Congresso Nacional à disposição dessa colaboração com o Executivo do Brasil e dos Estados Unidos nesse propósito de alinharmos as ações efetivas. Então existe uma consciência do que precisa ser feito agora e contamos com a cola-



Pacheco e Kerry: “então existe uma consciência do que precisa ser feito agora”

boração de diversos países da comunidade internacional e a manifestação de apoio dos Estados Unidos ao Brasil nesse sentido, inclusive com a alocação de recursos do Fundo Amazônia, obviamente que tudo isso é muito bem-vindo”

Na prática, por parte do Executivo, Pacheco acrescentou que é preciso haver foco contra o desmatamento ilegal da Amazônia e de florestas, além da efetividade nas ações de polícia, de fiscalização e con-

trole. Outro ponto defendido pelo presidente do Senado foi o envolvimento da sociedade, com o pagamento de serviços ambientais para estimular as comunidades a preservarem o meio ambiente.

Sobre a parte que cabe ao Legislativo, Pacheco citou o aprimoramento das leis. Segundo ele, o Brasil tem leis boas em matéria ambiental, mas que “infelizmente” são descumpridas, como a lei dos crimes ambientais.

AGRONEGÓCIO

Reforma tributária só deve sair após acordos

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara, fez um aceno ao agronegócio na terça-feira, 28, e disse que a mudança no modelo de tributação do País só sairá se houver harmonia entre a Câmara e o Senado, e não disputas em torno do texto da proposta.

“É preciso um texto que represente a maioria do pensamento da Casa. Não vamos ter unanimidade. Não vamos ter unanimidade no âmbito federativo, nem setorial”, disse Aguinaldo, durante uma reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília.

Há um temor na FPA de que a reforma gere aumento do peso tributário sobre o setor. Os parlamentares da chamada bancada ruralista defendem que seja mantida uma incidência tributária diferenciada para o agronegócio. “Nós estamos atentos e abertos para colher preocupações do agro. Vamos ouvir também o próprio governo”, disse Ribeiro, na reunião.

Ele defendeu a simplificação e a “neutralidade” do sistema tri-

butário brasileiro, sem prejudicar a competição entre as empresas. “Não haverá reforma tributária com disputa de Casas. Haverá reforma tributária se houver harmonia entre as Casas”, declarou o deputado.

A reunião também conta com a participação do coordenador do GT da reforma tributária, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), do presidente da FPA, Pedro Lupion (PP-PR) e outros parlamentares da bancada ruralista, além do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45), que cria um imposto único sobre consumo e servirá de base para a discussão no GT da Câmara.

O relator do grupo de trabalho da reforma tributária afirmou que ainda não houve conversa com o governo Lula sobre o mérito das propostas de alteração do modelo tributário do País.

Em reunião organizada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, o deputado ouviu demandas do agronegócio para a reforma. Aguinaldo também criticou a insegurança jurídica em questões tributárias do País.

EQUILÍBRIO

Petrobras anuncia redução do preço da gasolina e do diesel nas refinarias

O preço médio de venda de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 3,31 para R\$ 3,18 por litro, uma redução de R\$ 0,13 por litro, ou menos 3,9%. Já o diesel A caiu para R\$ 4,02

A Petrobras vai reduzir a gasolina e o diesel nas suas refinarias a partir de quarta-feira, 1º de março, mesmo dia em que os tributos federais sobre o combustível e o etanol voltarão a ser cobrados. A queda de preços já havia sido sinalizada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na noite de segunda, 27.

A partir de quarta-feira, o preço médio de venda de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 3,31 para R\$ 3,18 por litro, uma redução de R\$ 0,13 por litro, ou menos 3,9%.

“Considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R\$ 2,32 a cada litro vendido na bomba”, disse a companhia em nota.

Já para o diesel A, o preço médio de venda da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 4,10 para R\$ 4,02 por litro, uma redução de R\$ 0,08 por litro, ou 1,9%.

“Considerando a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R\$ 3,62 a cada litro vendido na bomba”, disse a companhia.

Em comunicado sobre notícias veiculadas na mídia, a Petrobras reiterou seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por



A Petrobras informou que os ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais vigentes

eventos conjunturais.

Segundo a estatal, os ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais vigentes. A Petrobras também diz que “monitora continuamente os mercados, o que compreende, dentre outros procedimentos, a análise diária do comportamento de nossos preços relativamente às cotações interna-

cionais”.

O Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou os nomes dos indicados da União para compor o Conselho de Administração da Petrobras. O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Pietro Mendes, foi indicado para presidir o colegiado.

Como membros do Conselho de Administração, foram designados o presidente da

estatal Jean Paul Terra Prates, além de Carlos Eduardo Turchetto Santos; Vitor Eduardo de Almeida Saback; Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira e Wagner Granja Victor, que foi indicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O MME informou ainda que foram designados os membros independentes do Conselho de Administração, selecionados

em lista elaborada por empresa especializada. São eles: Sergio Machado Rezende e Suzana Kahn Ribeiro.

As indicações foram divulgadas em meio ao debate sobre o fim da desoneração dos combustíveis. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, viajou na tarde de segunda para o Rio de Janeiro para se reunir com representantes da petroleira.

Os nomes devem ser encaminhados para conhecimento e providências da área financeira e de relacionamento com investidores da empresa. “A indicação do MME - acionista controlador da estatal - renova o compromisso do Governo Federal de respeito à sólida governança da Petrobras, mantendo a observância dos preceitos normativos e legais que regem a empresa”, afirmou a pasta em nota.

LICENCIAMENTO

Juceal e Sebrae priorizam a evolução do ambiente de registro em Alagoas

Representantes da Junta Comercial do Estado de Alagoas (Juceal) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae/AL) se reuniram, na terça-feira (28), com o intuito de alinhar situações a fim de melhorar o ambiente de registro e licenciamento empresarial no estado.

O encontro foi promovido também com o intuito de estreitar a relação entre as diretorias das entidades, das quais ambas contaram com mudança neste ano. A Juceal e o Sebrae/AL são antigos parceiros de serviços voltados para a implantação e a manutenção da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) no estado. Em conjunto, as entidades foram responsáveis pela integração da rede em todos os municípios, tornando Alagoas a primeira unidade federativa do país a realizar o feito.

Entre as pautas tocadas, foram citadas uma diminuição no tempo de registro empresarial, medido através de ranking da Receita Federal, a ampliação do número

de municípios com consulta prévia automática, uma maior adaptação da lei da liberdade econômica para as entidades licenciadoras, além da volta de eventos conjuntos, como a reunião regional de contadores.

Um ponto de destaque foi a menção do convênio entre o Sebrae/AL e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), secretaria à qual a Juceal é vinculada administrativamente, objetivando, dentre outras coisas, um foco maior no sistema de registro de empresas e na volta do Subcomitê Gestor da Redesim do Estado de Alagoas (SGSIM/AL), que reúne diversas entidades ligadas ao ambiente empresarial.

A Redesim em Alagoas tem como interface externa o Portal Facilita Alagoas, sistema no qual o empresário realiza, de forma online, o processo de registro e de licenciamento do negócio. Nele, estão disponíveis serviços da Junta Comercial, da Receita Federal, da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (Sefaz/AL), do Corpo de Bombeiros



O encontro foi promovido também com o intuito de estreitar a relação entre as diretorias das entidades

Militar de Alagoas (CBMAL), da Vigilância Sanitária, do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas (Semarh), da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Ala-

goas (OAB/AL), dos cartórios e das 102 prefeituras alagoanas.

“Diante da missão que me foi dada, a gente tem um horizonte muito bom, tanto na questão de estruturar mais a Juceal, quanto na parte de investimentos no próprio sis-

tema junto aos órgãos transversais do Governo, como Vigilância Sanitária, IMA, e Corpo de Bombeiros, bem como junto às prefeituras.

Nós conhecemos os pontos críticos e notamos, principalmente para as prefeituras,

que podemos melhorar em 80% o tempo de celeridade de abertura de empresas. Estamos hoje em um processo de transformação de Junta Comercial em autarquia, o que vai mudar bastante o nosso patamar, aumentando a nossa capacidade de investimento”, frisou o presidente da Juceal, Ricardo Dória.

Dória assumiu o comando da Junta Comercial em janeiro deste ano, algo também comum ao Sebrae/AL. Vinicius Lages foi eleito para o cargo de superintendente da entidade e, durante a reunião, evidenciou essa parceria para alinhamento de ações.

“A Juceal e o Sebrae possuem um relacionamento bem antigo, e quando a gente chega, existe essa animação com os novos desafios. Queremos, sobretudo, de um ponto de vista pragmático, melhorar o posicionamento de Alagoas no ranking de ambiente de negócios. A gente vem observando essas questões que interessam a gestão e como podemos, de maneira objetiva, continuar com esse relacionamento, tanto do ponto de vista de melhoria de sistema, quanto de facilitação dos processos de abertura e fechamento. Essa base de dados pode ajudar muito esse olhar da atividade econômica”, ressaltou.

No encontro, ainda estiveram presentes o vice-presidente da Juceal, Carlos Araújo, o diretor técnico do Sebrae/AL, Keylle Lima, entre outros.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D09A-EE85-9C2D-F532> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D09A-EE85-9C2D-F532



Hash do Documento

5FA3D246ECC1F1EECCA8B3E4FEB90CA47D05193B5FE944FF2DCC8252C389C37

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
28/02/2023 21:05 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

